



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Política de Apoio ao Estudante da Fundação Oswaldo Cruz

Aprovada pelo Conselho Deliberativo
da Fiocruz, em 15 | 12 | 2022

Rio de Janeiro

Dezembro de 2022



Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz

Presidente

Nísia Trindade Lima

Vice-Presidências

Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde – VPAAPS

Patricia Canto Ribeiro

Educação, Informação e Comunicação – VPEIC

Cristiani Vieira Machado

Gestão e Desenvolvimento Institucional – VPGDI

Mario Santos Moreira

Pesquisa e Coleções Biológicas – VPPCB

Rodrigo Correa de Oliveira

Produção e Inovação em Saúde – VPPIS

Marco Aurelio Krieger

Grupo de Trabalho da PAE

Profissionais da Fiocruz

Adelia Maria O. de Araújo (Campus Virtual da Fiocruz/VPEIC)

Adriana Coser (Coord. Adjunta Residências em Saúde/VPEIC)

Carlos Maurício Guimarães Barreto (COGEPE)

Maria Cristina Rodrigues Guilam (CGE/VPEIC)

Eduarda Angela Cesse (CGE/VPEIC)

Etinete Nascimento Gonçalves (CAD/CGE/VPEIC).

Coordenadora do GT PAE)

Flavia Neves Oliveira (CAD/CGE/VPEIC)

Ingrid d'Ávilla Freire Pereira (EPSJV)

Joselice Pinto (Instituto Aggeu Magalhães-Fiocruz PE)

Luciana Sepúlveda Köptcke (GEREB-Fiocruz Brasília)

Maria Alice Pessanha de Carvalho (Coord. Adjunta Residências em Saúde/VPEIC)

Maria Carolina Sousa (CAD/CGE/VPEIC)



Martha Cristina Nunes Moreira (IFF)

Patrícia Cuervo (IOC)

Tatiane Rezende Nunes de Souza (ENSP)

Tiago Régis de Lima (CAD/CGE/VPEIC)

Estudantes da Fiocruz

Elizabeth Leite (ENSP - APG Rio)

Emanuel Rodolpho M. B. de Oliveira (COC-APG-Rio)

Fernando Alves da Silva Filho (IOC)

Iggor Cavaliere (ENSP - APG Rio)

Laurianna A. Neves de Souza Vieira (Residente Fiocruz Brasília)

Laurenice de Jesus Alves Pires (ENSP)

Roseane Maria Corrêa (APG-Rio)

Samuel Rodrigues da Silva (ESPJV)

Vick Brito Oliveira (APG Fiocruz PE)

Victor da Silva Aquino (APG Amazônia)

Outras Contribuições

Ana Lúcia de M. Pontes (ENSP)

Diádiney Helena de Almeida (Prefeitura Rio; Docente Dihs)

Fabiana Mello Paes Barreto (ENSP)

Hilda Gomes (COC)

Laís Silveira Costa (ENSP)

Márcia Mello da Silveira (IFF)

Paulo de Carvalho (CGE/VPEIC)

Sandro Marcelo do R. Hilário (COC)

Luciana Narciso (Parent in Science)

Isabella Delgado (CGE/VPEIC)

Ilustrador

Jayme Leal da Cruz

Capa, projeto gráfico e editoração eletrônica

Tatiana Lassance Proença



Sumário

APRESENTAÇÃO	7
I- INTRODUÇÃO	11
II- PÚBLICO-ALVO	19
III- FINALIDADE E PRINCÍPIOS	21
FINALIDADE	21
PRINCÍPIOS	21
IV- EIXOS E DIRETRIZES	27
EIXO 1- INFRAESTRUTURA	27
EIXO 2- APOIO PEDAGÓGICO E ACADÊMICO	31
EIXO 3- INCLUSÃO SOCIAL	37
EIXO 4- APOIO PSICOSSOCIAL E PROMOÇÃO À SAÚDE	41
EIXO 5- PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL	47
REFERÊNCIAS	50

I

APRESENTAÇÃO

A Constituição Brasileira de 1988 reconheceu a saúde e a educação como direitos de todos os cidadãos e atribuiu ao Estado a responsabilidade de garantir esses direitos, por meio de políticas setoriais de caráter universal e de políticas econômicas e sociais abrangentes.

Em que pesem alguns avanços observados desde então em termos de mudanças institucionais e de expansão do acesso à saúde e à educação, essas duas áreas ainda expressam fortemente as desigualdades estruturais que marcam a sociedade brasileira. Além disso, em diversos momentos, e de forma acentuada nos últimos anos, ambas têm sofrido com a insuficiência de investimentos públicos, cortes orçamentários, retrocessos em programas e permeabilidade a interesses de grupos privados, fatores que acentuam as iniquidades no acesso, na cobertura e na qualidade das ações e serviços.

A Fiocruz, instituição estratégica do Estado brasileiro de ciência e tecnologia integrante do Sistema Único de Saúde, desenvolve atividades educacionais desde a sua criação. Ao longo de sua trajetória de 122 anos, tais atividades se expandiram e se diversificaram, estando atualmente presentes em todas as 21 unidades e escritórios da Fiocruz,

do Norte ao Sul do país. A tríade saúde-educação-ciência permeia a atuação institucional, sendo a Fiocruz a principal instituição não-universitária de formação para o SUS, com forte protagonismo também na preparação de pesquisadores em vários campos científicos e tecnológicos, na área biomédica, na saúde coletiva e nas ciências humanas e sociais em saúde.

A Política de Apoio ao Estudante da Fiocruz (PAE), apresentada neste documento, vem se agregar a um conjunto de políticas institucionais orientadas pelo compromisso em fortalecer a formação de profissionais para o SUS e de pesquisadores, visando contribuir para a redução das desigualdades estruturais que se expressam na saúde, na educação e na ciência. Sua elaboração partiu da compreensão da educação como prática da liberdade – como afirmou Paulo Freire – e como direito social que, além do seu valor intrínseco, também condiciona o acesso a todos os demais direitos. As políticas educacionais são estratégicas para o desenvolvimento nacional e integram o sistema de proteção social do país podendo, a depender de seu caráter (mais ou menos universal, público e abrangente), contribuir para reduzir ou para reiterar a estratificação e as desigualdades sociais.

O conteúdo da PAE se norteia pela missão institucional, pelas diretrizes do IX Congresso Interno da Fiocruz de 2021 - cujo lema foi “Desenvolvimento sustentável com equidade, saúde e democracia: a Fiocruz e os desafios para o SUS e a saúde global”, e pelo Plano de Desenvolvimento Institucional da Educação 2021-2025 (PDIE, 2021). Baseia-se também em experiências e iniciativas prévias adotadas no âmbito das unidades ou da Presidência, inclusive no cenário da crise relacionada à pandemia de COVID-19, como o Programa de



Inclusão Digital e o Auxílio à Permanência do Estudante na Pós-Graduação.

O processo de elaboração da PAE se deu de forma participativa, ao longo de 2021 e 2022, envolvendo trabalhadores e estudantes de diversas unidades da Fiocruz. Tal processo foi desencadeado no âmbito da Câmara Técnica de Educação (CTE), por meio da conformação de um grupo de trabalho de com-posição variada e compreendeu sucessivas rodadas de debates, uma consulta interna à comunidade em novembro de 2022 (com quase 100 contribuições), apreciação pela CTE e submissão ao Conselho Deliberativo da Fiocruz, em dezembro de 2022. Agradecemos a contribuição de todos os dirigentes, trabalhadores e estudantes envolvidos neste processo de construção coletiva.

A versão final do documento da PAE envolve cinco eixos e cerca de 100 dire-trizes que devem nortear as ações de apoio aos estudantes da Fiocruz, com a finalidade de assegurar o acesso, a permanência, a conclusão e a qualidade da educação oferecida. Sem a pretensão de ser exaustiva, a PAE apresenta um caminho de ação institucional que, associado à luta por políticas públicas abrangentes e inclusivas, expressa o compromisso da Fiocruz em contribuir para o fortalecimento do SUS, da educação pública e da ciência nacional, como pilares fundamentais para a construção de uma sociedade mais democrática, justa e igualitária.

Equipe da Vice-presidência de Educação,
Informação e Comunicação
Fundação Oswaldo Cruz

I

INTRODUÇÃO

A Fundação Oswaldo Cruz, criada em 1900 (originalmente sob a designação de “Instituto Seroterápico Federal”), é uma instituição de Ciência e Tecnologia em Saúde “que tem por finalidade desenvolver atividades nos campos da saúde, da educação e do desenvolvimento científico e tecnológico” (Estatuto da Fiocruz, Decreto nº 8932, de 14 de dezembro de 2016, p.1). Sua missão institucional, referendada no VI Congresso Interno (PDIE 2021), consiste em

“*produzir, disseminar e compartilhar conhecimentos e tecnologias voltados para o fortalecimento e a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) e que contribuam para a promoção da saúde e da qualidade de vida da população brasileira, para a redução das desigualdades sociais e para a dinâmica nacional de inovação, tendo a defesa do direito à saúde e da cidadania ampla como valores centrais.*”

A atividade educacional acompanha a história institucional, expressando-se na indissociabilidade entre a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a necessidade de educação profissional que apoie as transformações fundamentais para a construção de respostas aos desafios sociais e sanitários do país, o que fortalece o SUS.

A Fiocruz está sediada em 11 unidades federativas, mantendo também escritório em Moçambique, na África. Todas as unidades e escritórios da Fiocruz “possuem o desenvolvimento do ensino e formação presentes em suas atribuições” (PDIE, 2021) e ofertam atividades educacionais, com perfil variado. Essas atividades abrangem cursos de pós-graduação *stricto* e *lato sensu* (residências em saúde e especializações), qualificação profissional, cursos técnicos e especializações técnicas em saúde, vinculados ao ensino médio ou pós-ensino médio. Além disso, a Fiocruz também oferece vagas de iniciação científica para estudantes de graduação e de ensino médio, bem como vagas de estágio curricular.

É considerada a principal instituição não universitária para a formação e qualificação de profissionais para o SUS (PDIE, 2021). Sua oferta educacional atinge milhares de pessoas a cada ano, tanto presencialmente como a distância.

No Brasil, foi a partir de 2010 que o Governo Federal instituiu um dispositivo voltado a promover a permanência dos estudantes no ensino superior, o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES (Decreto nº. 7234, de 19 de julho de 2010), dirigido a alunos de graduação, com despesas arcadas pelo Ministério da Educação – MEC, e com a finalidade de assegurar a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade social na educação superior. O PNAES busca complementar políticas anteriores de acesso à Universida-



de, como as políticas de cotas e iniciativas como a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e o Programa Universidade para Todos (ProUNI). As instituições não apenas acolhem, mas precisam oferecer condições adequadas para a permanência e a conclusão do percurso formativo aos novos universitários. O Ministério da Educação garante recursos repassados às Instituições de Ensino Superior (IES) com essa finalidade. No entanto, até agora, a pós-graduação não é beneficiada pelo PNAES.

A Fiocruz não se caracteriza como IES e não recebe aporte financeiro para o desenvolvimento de uma Política de Assistência ou de Apoio ao Estudante. Apesar dessa limitação, suas atividades educacionais se orientam pelo compromisso com os direitos constitucionais de todos os cidadãos brasileiros à Saúde e à Educação. Nesse sentido, a instituição vem construindo e aprimorando, ao longo do tempo, estratégias para facilitar o acesso e garantir a permanência nos cursos e programas de pós-graduação a todos os brasileiros que escolhem a Fiocruz para estudar, independentemente de sua condição social, de raça, cor, gênero, ou ainda de pessoa com deficiência.

Em seu VIII Congresso interno (2017), foram estabelecidas diretrizes gerais que pudessem orientar os rumos e o impacto de sua ação educacional, diante da importante diversidade que caracteriza o escopo de sua atuação institucional em todo o país. Dentre elas, ressaltou-se “formular uma política institucional de assistência estudantil, mantendo políticas afirmativas e inclusivas e definindo estratégias de acompanhamento ao egresso”. Cabe ainda enfatizar a imbricação entre as diretrizes que orientam a educação na Fiocruz, disposta no seu Plano de Desenvolvimento Institucional de Educação (PDIE) e o conjunto das políticas institucionais,

como as de pesquisa, de ciência aberta, de comunicação, de divulgação científica, de promoção da equidade de gênero, raça, classe social, de acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência, entre outras. Assim, as iniciativas de apoio ao estudante devem ser irrigadas por esse conjunto de marcos orientadores que explicitam os valores, os princípios e a identidade da instituição.

O apoio aos estudantes da Fiocruz ganhou maior expressão e organização com a criação, pela Vice-Presidência de Educação, Informação e Comunicação (VPEIC), do CAD (Centro de Apoio Discente) em novembro de 2017, para fazer a articulação entre as demandas dos discentes e a resposta institucional. Já em 2018, nas discussões com todas as unidades e escritórios da Fiocruz para a construção do Planejamento Integrado da Educação da Fiocruz (PIEF), foi feito o levantamento das iniciativas existentes de apoio aos estudantes que estão sistematizadas no Relatório do PIEF. Em 2020, foi aprovado o PDIE 2021-2025, no qual o apoio aos estudantes foi tratado como componente da política educacional e apresentado como um objetivo estratégico no planejamento.

Em 2020 e 2021, no contexto da pandemia da COVID-19, os relatos de sofrimento psicossocial e as dificuldades de acompanhar remotamente os cursos, entre docentes e estudantes, mobilizaram esforços institucionais para responder a necessidades de apoio psicológico e de acesso a equipamentos e à conectividade. A pandemia revelou a necessidade de incluir na agenda institucional demandas, anteriormente pouco visíveis, porém elementares, às condições de permanência dos estudantes e à conclusão dos percursos formativos almejados.

Nesse contexto a VPEIC organizou, com a participação do CAD, um levantamento junto aos gestores educacionais das



diferentes unidades da Fiocruz, de modo a atualizar e sistematizar o conhecimento sobre o apoio aos estudantes nas unidades e escritórios e conhecer as iniciativas implementadas, os desafios e demandas, assim como a visão dos dirigentes sobre esse campo. Os resultados desse levantamento foram apresentados na Câmara Técnica de Educação de 06 de junho de 2021. A partir desse momento, foi criado um Grupo de Trabalho composto por representantes de diversas unidades, dos comitês institucionais e de estudantes, sob a coordenação do CAD, para a construção da Política de Apoio ao Estudante, que envolveu uma metodologia participativa, incluindo uma consulta interna à comunidade educacional da Fiocruz em novembro de 2022.

O processo resultou na elaboração deste documento, revelando a importância do posicionamento institucional diante de novos contextos de possibilidade de ingresso e permanência da pós-graduação e educação profissional no país. Os baixos investimentos na educação ao longo dos últimos anos (2014-2022), associados à relativa estagnação da quantidade e ao congelamento dos valores das bolsas de estudantes, o cenário de crise econômica e inflação, vêm colocando em risco o desenvolvimento em ciência, tecnologia e inovação. Tratando-se de saúde pública, a retração de investimentos atinge sobremaneira a manutenção do Sistema Único de Saúde, campo de atuação da Fiocruz.

O GT da PAE identificou como imprescindível a participação estudantil, por meio de instâncias próprias de cada unidade, tanto na formulação, quanto no monitoramento e avaliação das ações desta Política. Destaque-se a colaboração das Associações de Pós-Graduandos (APGs) já formadas ou em formação nos diferentes *campi* da Fiocruz. A participação,

no escopo da Política de Apoio ao Estudante da Fiocruz constitui, simultaneamente, um princípio que perpassa todas as dimensões da política e um eixo programático passível de caracterização, mensuração e avaliação. No campo educacional, há que se reconhecer o valor das ações afirmativas por meio de cotas, de outras iniciativas de inclusão e apoio à permanência, e da criação de espaços para o debate institucional sobre equidade de gênero e raça, classe social, capacitismo (discriminação à pessoa com deficiência) e a prevenção e o enfrentamento dos assédios moral e sexual, bem como outras violências (racismo, xenofobia, LGBTQIA+fobia, etarismo etc.) no ambiente de trabalho, pesquisa e ensino.

O IX Congresso Interno da Fiocruz aconteceu em plena pandemia da COVID-19, caracterizada como “sindemia”, dado o contexto de convivência com diferentes agravos e com um quadro de marcantes desigualdades sociais. Nesse importante evento institucional, diferentes atores reforçaram o lema do apoio estudantil em várias de suas teses debatidas¹, assim como incluiu a participação dos estudantes, promovendo amplo debate.

A Política de Apoio aos Estudantes respeita e integra as finalidades, os compromissos e princípios gerais que regem a atuação da Fiocruz. Ela está estruturada em eixos e diretrizes orientadores das ações de apoio aos estudantes, no sentido de assegurar uma formação acadêmica e profissional ade-

¹ Entre as teses do IX Congresso Interno que abordam a temática, encontram-se. Tese 1, diretrizes 1 e 2; Tese 3, diretrizes 11 e 12; Tese 4, diretrizes 3,5,7,17; Tese 5, diretriz 9; Tese 6, diretrizes 3,4,5,12. Conheça o documento na íntegra: <https://congressointerno.fiocruz.br/sites/congressointerno.fiocruz.br/files/documentos/IX%20Congresso%20Interno%20Fiocruz%20-%20Relat%C3%B3rio%20Final.pdf>



quada e favorecer o enfrentamento de dificuldades em seus processos educacionais ou de permanência na instituição. A Política reflete o processo de aprendizado institucional e expressa os compromissos do conjunto da Fiocruz com seus estudantes, do mesmo modo que busca respeitar a independência das escolhas e prioridades pactuadas pelas diferentes unidades e escritórios da Fiocruz.

II

PÚBLICO-ALVO

A Política de Apoio ao Estudante (PAE) está voltada aos estudantes com matrícula ativa e regular na Fiocruz nos cursos técnicos de nível médio e especializações técnicas em saúde, de pós-graduação lato sensu (residência em saúde e especialização) e stricto sensu (mestrado e doutorado) oferecidos somente pela Fiocruz ou em forma de rede, consórcio, cooperação, associação ou parceria da qual a Fiocruz faça parte, conforme as distintas necessidades e o princípio da equidade.

III

FINALIDADE E PRINCÍPIOS

FINALIDADE

A Política de Apoio ao Estudante da Fiocruz têm como finalidade orientar a elaboração e a execução de ações que garantam aos estudantes condições adequadas para o acesso, a permanência e a conclusão dos cursos² oferecidos pelas diferentes unidades e escritórios da instituição, com vistas à formação plena e de qualidade, à inclusão social, à produção de conhecimento e de inovação, à melhoria do desempenho acadêmico e ao bem-estar biopsicossocial, durante a trajetória educacional de cada discente na Fiocruz.

PRINCÍPIOS

A Política de Apoio ao Estudante da Fiocruz é orientada pelos seguintes princípios:

² Ao longo deste documento nos referenciaremos a cursos, compreendendo também o que está no âmbito dos programas.

1- EDUCAÇÃO DE EXCELÊNCIA COMO DIREITO UNIVERSAL

Garantia de ensino público, gratuito e de qualidade, a partir do entendimento de que a educação ofertada deve buscar a excelência e ser acessível a todos, sem qualquer forma de discriminação e com a garantia de disponibilização de recursos educacionais adequados.

2- DEFESA DA SAÚDE, DO BEM-ESTAR SOCIAL E DA VIDA

As ações educacionais se orientam pelo compromisso institucional com a análise, formulação de propostas, implementação de ações e defesa das condições necessárias à promoção e manutenção da saúde e à melhoria das condições de vida dos povos, a partir da compreensão sobre a complexidade existente nos processos saúde-doença-cuidado, em espaços socioculturais e ambientais variados. Devem considerar, ainda, a determinação socioambiental da saúde e a necessidade de políticas públicas de caráter intersetorial.

3 – COMPROMISSO COM O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, COM A CIÊNCIA E COM A SOCIEDADE

A Fiocruz é uma instituição estratégica de ciência e tecnologia em saúde do Estado brasileiro que integra o Sistema Único de Saúde. Tem o compromisso com a concretização da saúde como direito de cidadania, com o fortalecimento do SUS e com a formação de professores, pesquisadores, técnicos, tecnólogos e outros profissionais, que contribuam para a saúde e a ciência nacional. Os processos educacionais devem



ser orientados por esse compromisso, que se expressam na produção científica dos estudantes e na sua preparação e/ou qualificação para a inserção e prática profissional.

4- PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DEMOCRACIA

O princípio da participação que rege a Fiocruz está intrinsecamente ligado ao de democracia e de cidadania, aqui considerados como dimensões fundantes garantidoras da gestão democrática e do processo formativo emancipatório, no sentido de que o direito à participação e à liberdade de expressão precisam estar em todas as práticas pedagógicas. Para tanto, garante-se a transparência dos processos decisórios, prevenindo espaços e recursos de participação para os estudantes nas diversas instâncias de governança, diálogo, proposição e de liberação institucional.

5- EQUIDADE E INCLUSÃO

Concerne à aplicação concreta de normas e ações voltadas para os estudantes, considerando sua singularidade e diferentes necessidades. A equidade encontra-se intimamente imbricada com a justiça social, dialogando, ainda, com o conceito de igualdade e do respeito à diversidade.

6- VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE E DO MULTICULTURALISMO

Refere-se à diversidade étnica e racial, social, geracional, sociocultural, de gênero e orientação sexual, religiosa, biológica, funcional, entre outras, como expressões da vida. Trata do reconhecimento da liberdade de ser, pensar e agir de toda a comunidade acadêmica, a despeito de suas características

biopsicossociais e culturais, constituindo precioso atributo para convivências sociais. Expressam o reconhecimento da humanidade do “Outro” enquanto sujeito de direitos.

7- VALORIZAÇÃO DISCENTE

Diz respeito à valorização do corpo discente e o reconhecimento de sua importância na realização da missão institucional. É fator crucial para o desenvolvimento em todos os processos de aprendizagem, de cuidado e das relações profissionais. Trata-se de um valor ético consubstanciado nas políticas da Fiocruz.

8- EDUCAÇÃO INTEGRAL E EMANCIPATÓRIA

Compromisso com o incentivo à formação ética e cidadã e ao desenvolvimento integral dos estudantes, promovendo a articulação das experiências educacionais com outros campos, saberes e políticas públicas. Nessa perspectiva, a Política de Apoio ao Estudante reconhece a multidimensionalidade e a complexidade dos fatores necessários à garantia da integridade do desenvolvimento da autonomia moral e intelectual do estudante.

9- INDISSOCIABILIDADE ENTRE PESQUISA, ENSINO, SERVIÇOS, TRABALHO E COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

Valorização, no campo da educação, da indissociabilidade entre pesquisa, ensino, serviços e práticas em saúde, evitando reduzir o ensino à dimensão técnica, instrumental e circunstancial; valorização e preparação dos estudantes para o



diálogo com os pares e com os diferentes grupos sociais, para que sejam sujeitos no compartilhamento dos conhecimentos e na redução das desigualdades relacionadas ao acesso à educação, à ciência e aos conhecimentos sobre saúde.

IV

EIXOS E DIRETRIZES

EIXO 1 – INFRAESTRUTURA

DEFINIÇÃO

A infraestrutura apropriada torna viável as condições de estudo e pesquisa nos campi da Fiocruz. Diz respeito a um conjunto de instalações, ambientes, equipamentos, tecnologias e serviços que facilitam o desenvolvimento das ações educacionais, as relações e interações, e que visam garantir a qualidade para o acesso, a permanência e êxito do estudante nos espaços de aprendizagem, pesquisa, produção, assistência e convivência.

Assegurar condições adequadas de infraestrutura exige um compromisso institucional com investimentos para alcance das metas da PAE, com recursos dirigidos à sustentação de seus eixos, de modo a garantir a execução, fortalecer as interações entre os estudantes e o melhor aproveitamento das estratégias de ensino-aprendizagem.

OBJETIVO GERAL

Fortalecer os investimentos institucionais em materiais, equipamentos, serviços e outros recursos que favoreçam os processos educacionais e ampliem o suporte e apoio aos estudantes, a fim de constituir um ambiente adequado e humanizado para a aprendizagem e a formação acadêmica, respeitando os princípios de equidade e diversidade.

DIRETRIZES

1.1 - Priorizar o investimento em materiais, equipamentos, serviços e outros recursos que possam ser compartilhados por todos os estudantes, como compromisso institucional, independente de programas ou área de atuação, no Campus e nas unidades da Fiocruz.

1.2 - Fomentar a existência de salas de aulas equipadas com tecnologias inovadoras e atualizadas, com recursos baseados no desenho universal³, em ambiente ergonomicamente adequado e ventilação em conformidade com as normas de segurança sanitária.

1.3 – Investir em infraestrutura de Tecnologia da Informação (TI) adequada nas dependências educacionais de unidades e escritórios da Fiocruz, de modo que os estudantes possam usufruir de e-mail institucional (sempre que tecnicamente possível), internet estável, com boa velocidade e acesso livre, a fim de participar das ações educativas e de pesquisas remotas.

1.4 - Buscar assegurar a inclusão digital dos estudantes.

³ Concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de Tecnologia Assistiva (LBI, 2015)



1.5 - Fomentar a criação, ampliação e manutenção de laboratórios de informática para uso dos estudantes, com recursos de acessibilidade, em todas as unidades da Fiocruz.

1.6 - Garantir a diversidade, atualidade e qualidade de acervos bibliográficos, por meio de acessos a bibliotecas (virtuais e físicas) e repositórios de artigos acadêmicos e produções científicas, com garantia da acessibilidade e de assessoria qualificada aos estudantes.

1.7 - Adequar os horários de funcionamento das bibliotecas físicas, na medida do possível, a partir do acompanhamento das necessidades pelas áreas de gestão da educação e da Rede de Bibliotecas da Fiocruz, das Unidades e dos programas de pós-graduação.

1.8 - Fomentar a criação e a ampliação de salas multiuso com equipamentos disponíveis para uso comum, que possibilitem aos estudantes realizar diversas atividades educacionais com autonomia.

1.9 - Conceder aos estudantes o acesso a salas e/ou a auditórios para organização de eventos, reuniões acadêmicas, culturais e de representação estudantil, conforme programação e disponibilidade.

1.10 - Apoiar a busca de soluções de moradia para estudantes em situação de vulnerabilidade social que ingressam em cursos presenciais na Fiocruz e necessitem deslocar-se de seus municípios de residência, com base em princípios da equidade.

1.11 – Oferecer condições de acesso à alimentação de qualidade, adaptada aos diferentes perfis nutricionais, nos campi da Fiocruz, com valores acessíveis aos estudantes, incluindo

a busca de acordos com restaurantes, para que os estudantes tenham descontos no valor das refeições.

1.12 - Oferecer aos estudantes espaço coletivo para consumo de refeições, bem como equipamentos e condições adequadas para armazenamento, refrigeração, aquecimento e higienização dos utensílios.

1.13 - Fomentar a criação, ampliação e manutenção de ambulatórios de atendimento, laboratórios de simulação de práticas e de pesquisas em bancadas para atividades de aprendizagem prática.

1.14 - Fomentar a criação, ampliação e manutenção de salas de amamentação e fraldários, para pais e mães, mediante permissão de uso nas unidades da Fiocruz.

1.15 - Proporcionar espaço de convivência, lazer e estímulo a atividades artísticas e culturais para uso entre atividades acadêmicas pelos estudantes nas unidades da Fiocruz.

1.16 - Garantir acessibilidade e incentivar o desenho universal para locomoção e permanência de estudantes com deficiência física, intelectual, visual, auditiva e outras nos ambientes educacionais das unidades e escritórios da Fiocruz, em conformidade com a legislação vigente.



EIXO 2 – APOIO PEDAGÓGICO E ACADÊMICO

DEFINIÇÃO

Este eixo apresenta estratégias para apoiar os processos de ensino-aprendizagem na Fiocruz e assegurar a qualidade da formação acadêmica e profissional dos estudantes, considerando as finalidades dos diferentes cursos e programas, no que concerne aos compromissos de fortalecimento do SUS e da ciência nos campos relacionados à saúde. Tais processos devem ser orientados pelo reconhecimento do contexto social dos estudantes, pela perspectiva de aprendizagem significativa e pela busca de construção compartilhada do conhecimento entre docentes, discentes e trabalhadores, nos diferentes ambientes de ensino e formação.

Nesse sentido, devem ser adotadas, de um lado, estratégias acadêmicas e pedagógicas voltadas ao fortalecimento da formação científica e/ou profissional, de acordo com as finalidades de cada curso, nível e modalidade educacional. De outro lado, processos acadêmicos mais dialógicos e favoráveis à trajetória de formação dos estudantes, no que concerne às relações entre coordenações, trabalhadores de gestão acadêmica, docentes, orientadores, tutores, supervisores, preceptores e estudantes.

OBJETIVO GERAL

Apoiar a formação integral consistente, crítica e reflexiva dos estudantes, por meio de estratégias acadêmicas e pedagógicas, oportunidades de aprendizagem e trocas de experiências, assegurando a participação do estudante em sua trajetória educativa.

DIRETRIZES

2.1 - Promover relações horizontais entre estudantes e docentes, orientadores, supervisores, tutores e preceptores, baseadas em acolhimento, diálogo, respeito, abertura para as trocas, construção conjunta das metas e objetivos, acompanhamento, avaliação e feedback mútuos, com vistas ao desenvolvimento de todo o potencial acadêmico-profissional do estudante.

2.2 - Apresentar ao estudante os seus direitos e canais para reportar eventuais situações de desconforto, assédio e outras violências, como o Centro de Apoio ao Discente (CAD), a ouvidoria da Fiocruz e o Núcleo de Saúde do Trabalhador (Nust), garantindo o sigilo e a preservação da integridade do estudante.

2.3 - Ampliar vínculos entre o CAD e cada unidade da Fiocruz, por meio de designação de profissional de referência da unidade que mantenha contato com a equipe do CAD, a fim de encaminhar demandas de estudantes, disseminar informações, colaborar com a organização de eventos, dentre outras ações.

2.4 - Acompanhar o estudante no processo da construção de itinerários formativos, favorecendo a autonomia quanto à escolha de suas vivências educacionais, que permitam a integração curricular nas diversas unidades formadoras na Fiocruz e em outras instituições.

2.5 - Apoiar e acompanhar, na medida do possível, os estudantes com necessidades específicas de aprendizagem.

2.6 - Oferecer recursos de tecnologia assistiva e as adequações necessárias aos estudantes, conforme suas especificidades, bem como a inclusão desse tema na formação docente.

2.7 - Apoiar estratégias para ampliar a aprendizagem dos estudantes, com especial atenção às línguas estrangeiras e escrita científica, atentando-se às questões de equidade.



2.8 - Incentivar a adoção de metodologias de ensino-aprendizagem que valorizem conhecimentos e habilidades prévios dos estudantes e estimulem processos de construção do saber-fazer de forma ativa, reflexiva e crítica.

2.9 - Promover processos de educação permanente de docentes e de agentes que lidem com estudantes, de modo que se apropriem de metodologias voltadas às demandas contemporâneas, além de novos conhecimentos e processos de trabalho no campo desta política.

2.10 - Incentivar a utilização de novas tecnologias no processo ensino-aprendizagem, acessíveis aos estudantes, de modo a qualificar o desenvolvimento de seus estudos e pesquisas, com possibilidade de utilização de dispositivos diversos e condizentes com as diferentes necessidades do território nacional.

2.11 - Preparar os estudantes para a atuação no mundo do trabalho, incluindo as tecnologias digitais, por meio de experiências educacionais que considerem a prospecção de cenários inovadores.

2.12 - Divulgar a possibilidade de o estudante obter e-mail institucional, a fim de favorecer sua inscrição em repositórios de periódicos, plataformas digitais, ambientes virtuais de aprendizagem e outros serviços acadêmicos.

2.13 - Realizar processos de avaliação educacional que contemplem a autoavaliação, a avaliação por pares e de docentes, de modo que todos os agentes educacionais possam avaliar e serem avaliados.

2.14 - Aprimorar as estratégias de avaliação de cursos e processos formativos, de acordo com o projeto político-pedagógico de cada unidade ou programa, considerando a perspectiva dos estudantes.

2.15 - Estabelecer política de elaboração de currículos com foco no processo de aprendizagem, que considere questões geopolíticas, alterações globais e processos de determinação social que impactam a saúde.

2.16 - Incentivar a inclusão nos currículos dos diferentes cursos de temas e conteúdos transversais que abordem conhecimentos e práticas sobre racismo, sexismo, machismo, LGBTQIA+fobia, capacitismo e xenofobia, bem como a interseccionalidade, implicando o compromisso com a formação integral de educandos e educadores.

2.17 - Incentivar a inclusão nos currículos dos temas da saúde das populações em situação de vulnerabilidade social e atingidas pelas desigualdades estruturais; das políticas específicas dirigidas à saúde dessas populações (como as voltadas à população negra, aos povos indígenas, às pessoas com deficiência, entre outras); e da relevância dos diversos movimentos sociais como protagonistas da luta política pela inclusão social, pelo direito à saúde e pelo fortalecimento do SUS.

2.18 - Estimular a participação do estudante na escolha, formação e agendamento de bancas de qualificação e de defesa de dissertações, teses, trabalho de conclusão de curso (TCC) e trabalho de conclusão de residência (TCR).

2.19 - Facilitar o acesso dos estudantes ao acervo das bibliotecas da Fiocruz, aos portais de periódicos e às publicações científicas necessárias à sua formação, incentivando as práticas de leitura, debate e análise crítica da literatura acadêmica.

2.20 - Facilitar o acesso e o uso pedagógico das obras publicadas pela Editora Fiocruz e dos materiais disponibilizados em acesso aberto pela instituição.



2.21 - Fomentar a organização e conservação da documentação acadêmica, em conformidade à legislação vigente de proteção de dados pessoais e de acesso a informações.

2.22 - Incentivar a participação dos estudantes na organização de eventos acadêmicos, no âmbito da unidade – tais como seminários, mostras, congressos –, sempre que possível, como estratégia de formação profissional.

2.23 - Incentivar a participação dos estudantes em congressos, simpósios, palestras, cursos, minicursos etc., realizados pela Fiocruz ou outras organizações de pesquisa e ensino e, se for o caso, oferecer apoio financeiro como auxílio à participação.

2.24 - Estimular atividades diversificadas aos estudantes como visitas técnicas/profissionais e sessões de observação, pertinentes à sua trajetória de formação.

2.25 - Favorecer intercâmbios para estágios nacionais e internacionais em todos os níveis de ensino e de todas as unidades da Fiocruz.

2.26 - Divulgar convênios com instituições parceiras, a fim de incentivar colaborações em ensino e pesquisa, tais como realização de disciplinas, aproveitamento de créditos, mobilidade interinstitucional, elaboração e desenvolvimento conjunto de projetos, compartilhamento de equipamentos e dados, entre outros.

2.27 - Oferecer suporte financeiro e cursos/disciplinas/oficinas para auxiliar na publicação de artigos científicos em periódicos de qualidade.

2.28 - Orientar os estudantes e prover informações acessíveis e atualizadas sobre as possibilidades referentes a bolsas e auxílios acadêmicos, incluindo o auxílio à permanência.

2.29 - Incentivar que a oferta de bolsas e auxílios tenham como critério a vulnerabilidade social, quando possível.

2.30 - Preparar e sensibilizar estudantes para a importância da inclusão e correto preenchimento dos quesitos raça/cor, gênero, pessoas com deficiência e as diversas categorias sociais em pesquisas e na prática de cuidado, a fim de incentivar os diferentes recortes socioculturais na produção e análise de dados.



EIXO 3 - INCLUSÃO SOCIAL

DEFINIÇÃO

O desenvolvimento de uma cultura de inclusão precisa congrega ações na qual esforços são direcionados para ressignificar atitudes, conceitos e concepções, mas, acima de tudo, deve estar comprometida com a ruptura dos mecanismos e barreiras que obstruem a participação plena e efetiva do indivíduo à educação, em igualdade de condições com as demais pessoas no processo de produção e apropriação do conhecimento científico. Não pode, por conseguinte, ser pensado a partir de ações isoladas, e deve reconhecer os processos estruturais, como o racismo, o capacitismo, o sexismo, a heteronormatividade, o etarismo, entre outros, que historicamente reproduzem a exclusão de indivíduos e coletivos – como estudantes pobres, negros, indígenas, mulheres, população LGBTQIA+ e pessoas com deficiência - e geram iniquidades socioeconômicas, educacionais e de saúde. Esse processo se amplifica quando esses marcadores sociais da desigualdade se interseccionam.

Esse eixo visa a fortalecer a garantia do direito à educação e à promoção dos direitos humanos, no enfrentamento das diferentes formas de violência, de preconceito, de discriminação e da exclusão em todas as suas formas. Está em conformidade com as políticas institucionais de Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência e de Equidade Étnico-racial e de Gênero.

OBJETIVO GERAL

Garantir o direito à educação com equidade no acesso e na permanência de estudantes, com valorização da diversidade, sustentada por práticas baseadas na defesa dos direitos humanos.

DIRETRIZES

3.1 - Atuar no enfrentamento ao racismo, sexismo, machismo, LGBTQIA+fobia, etarismo, capacitismo e à xenofobia na educação.

3.2 - Oportunizar ações para compartilhamento entre os estudantes de experiências, saberes, conhecimentos, e enfrentamento aos preconceitos, bem como os desafios para a sua superação, com vistas à inclusão social.

3.3 - Produzir e compartilhar, de forma colaborativa, em conjunto com os estudantes, estratégias educativas acessíveis e inclusivas, que garantam o melhor processo de aprendizagem para os estudantes.

3.4 - Produzir material didático-pedagógico acessível, em conformidade com o desenho universal, desde a concepção de produtos, ambientes, programas e serviços, e fomentar a utilização de recursos de tecnologia assistiva⁴.

3.5 - Estimular o fortalecimento da cultura institucional com vistas a reconhecer as identidades e representatividades, por meio de eventos e ações educacionais que proporcionem a livre expressão e a diversidade de linguagens.

3.6 - Proporcionar avaliações educacionais adequadas em tempo e formato, particularmente para estudantes com deficiência, indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais, respeitando a diversidade existente.

⁴ Segundo a Lei Brasileira de Inclusão (art. 3, III) tecnologia assistiva ou ajuda técnica são: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.



3.7 - Realizar atividades acadêmicas e discussões sobre temas que abordem o racismo, o sexismo, o machismo, as interseccionalidades, as questões de LGBTQIA+fobia, o capacitismo, a parentalidade, o colonialismo e a xenofobia na saúde, implicando atualizações das referências bibliográficas disponíveis, incluindo autores e docentes que representem efetivamente os grupos historicamente excluídos, nos âmbitos da formação lato sensu e stricto sensu.

3.8 - Buscar a garantia de acessibilidade, a representatividade, a diversidade e a equidade de gênero e raça nos eventos educacionais, científicos e técnicos da instituição.

3.9 - Garantir a manutenção e ampliação das estratégias de ações afirmativas.

3.10 - Promover o acompanhamento de estudantes que ingressaram por ações afirmativas e oferecer apoio pedagógico e demais necessidades para sua permanência.

3.11 - Fortalecer as comissões de heteroidentificação racial (procedimento complementar à autodeclaração para a identificação étnico-racial) e de avaliação biopsicossocial, de modo a promover a efetividade das ações afirmativas e coibir fraudes, bem como produzir conteúdo sobre suas atividades, visando ao letramento institucional.

3.12 - Promover estratégias para o apoio à permanência de estudantes que são mães, buscando minimizar os impactos negativos, na trajetória acadêmica de formação e trabalho, das assimetrias de gênero na parentalidade.

3.13 - Considerar o direito à paternidade ativa e ao cuidado compartilhado, garantindo aos pais estudantes prazo estendido de defesa de trabalhos de conclusão, teses e dissertações, assim como ocorre com as mulheres.

3.14 - Discutir as assimetrias sobre a construção das relações de gênero na parentalidade e seus impactos na organização do trabalho e na carreira acadêmica, em uma perspectiva interseccional.

3.15 - Viabilizar processos de avaliação e defesa remotas (on-line) ou em territórios diferenciados (de TCC/dissertação/tese) para estudantes que demandem ou comprovem necessidades específicas.



EIXO 4 - APOIO PSICOSSOCIAL E PROMOÇÃO À SAÚDE

DEFINIÇÃO

Esse eixo coloca em evidência uma convergência de aspectos que envolvem diferentes condicionantes e determinantes sociais da saúde. Leva em consideração uma dinâmica que diz respeito ao conjunto de fatores sociais, econômicos, políticos e culturais existentes na sociedade, que impactam a trajetória e a permanência dos estudantes na instituição.

As condições socioeconômicas, no cenário em que vivemos, podem ser fontes de adoecimentos. Essa realidade implica colocar em primeiro plano o contexto de vida de cada estudante e a transformação do ambiente de cada campi, a fim de analisar e considerar a situação de maneira amplificada.

A busca de qualidade de vida, que é um valor associado à promoção da saúde, é o vetor de mobilização e condução das ações do eixo. Faz-se necessário desenvolver melhores condições físicas e psicossociais nos espaços de estudo e trabalho, de modo a propiciar o bem-estar físico, mental e social dos estudantes.

Nesse sentido, o eixo se organiza como um conjunto de ações integradas, envolvendo as condições ambientais dos espaços de aprendizagem, as relações humanas, as necessidades de acolhimento, apoio e encaminhamento. São estratégias capazes de produzir o cuidado ampliado em saúde (promoção e prevenção), e direcionadas ao enfrentamento das dificuldades que possam interferir no processo de ensino e aprendizagem.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar aos estudantes condições para que seu percurso acadêmico na Fiocruz seja fonte de conhecimento, bem-estar e saúde, compreendida como resultado de condições adequadas de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, lazer, liberdade, participação e acesso a serviços intersetoriais, incluindo os de saúde.

DIRETRIZES

4.1 - Realizar levantamentos e estudos sobre o estado de saúde dos estudantes, incluindo aspectos sociais, psicológicos e biológicos, cujos resultados possam gerar indicadores para o planejamento e desenvolvimento de ações, de forma contextualizada.

4.2 - Mapear as atividades, os espaços e equipamentos destinados à cultura, nas unidades da Fiocruz, a fim de reconhecer o que é ofertado, para planejar e desenvolver novas atividades.

4.3 - Estimular a realização e participação de estudantes em atividades culturais, como a criação de grupos de teatro, de bandas musicais, de canto coral, formação de clubes de leitura, visitas a exposições dentro e fora da Fiocruz e outras iniciativas.

4.4 - Estimular a prática de atividades recreativas e de lazer entre os estudantes, visando ao bem-estar e à integração de toda a comunidade acadêmica.

4.5 - Oferecer condições para que a Fiocruz, em seu conjunto, possua espaços de convivência, onde estudantes possam realizar atividades de integração e lazer.



4.6 - Promover encontros e espaços de diálogo com a comunidade acadêmica sobre a importância do bem-estar em seu sentido ampliado, no desenvolvimento e na qualidade de vida das pessoas.

4.7 - Fortalecer o Centro de Apoio ao Discente (CAD) para favorecer o acolhimento e o apoio aos estudantes, com preservação de privacidade e de sigilo em situações de diálogo, estabelecido também com coordenadores de ensino e docentes, dentre outros atores que mantêm contato com estudantes.

4.8 - Buscar condições para viabilizar o atendimento psicossocial (individual ou grupal), por meio de acolhimento, apoio e encaminhamento para rede de serviços locais, preferencialmente vinculados ao SUS ou aos serviços oferecidos por universidades ou organizações sociais, com ação ou apoio do CAD.

4.9 - Proporcionar a integração entre as unidades e o CAD, a fim de que se estabeleça trabalho articulado e em rede para atender às demandas de estudantes.

4.10 - Implementar estratégias educativas, de prevenção e de enfrentamento do assédio moral e sexual no âmbito das relações entre os diversos atores da Fiocruz, em suas expressões vertical (ascendente e descendente) e horizontal, articulando as ações de comitês de prevenção e enfrentamento ao assédio, as do CAD e as da Ouvidoria, no que couber, conforme as políticas e orientações institucionais da Fiocruz

4.11 - Desenvolver e divulgar ações e políticas institucionais que visem ao combate a práticas discriminatórias e preconceituosas, tais como: assédio moral e sexual, bullying, cyberbullying, racismo, machismo, etarismo, gordofobia, homofobia, transfobia, sexismo, capacitismo, entre outras.

4.12 - Desenvolver ações de prevenção e mediação de conflitos entre docentes e estudantes que possam gerar sofrimento e prejuízo acadêmico.

4.13 - Desenvolver ações de acolhimento individual e coletivo, de forma permanente, que promovam a integração dos estudantes entre si e com os demais atores, nos diferentes ambientes da Fiocruz.

4.14 - Buscar estratégias de apoio a estudantes que estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica para o enfrentamento das dificuldades, na medida do possível.

4.15 - Estimular a formação de grupos de discussão e apoio voltados para o desenvolvimento de lideranças, carreira e mercado de trabalho.

4.16. - Planejar, coordenar e incentivar, em cada unidade, a participação dos estudantes nas ações e atividades voltadas para a promoção da saúde da comunidade estudantil, tais como o Fiocruz Saudável, a Semana de Ciência e Tecnologia, Mulheres e Meninas na Ciência, Agenda Jovem e outros programas e eventos similares.

4.17 - Promover eventos, rodas de conversa e campanhas educativas, no âmbito de cada unidade e em redes sociais, sobre temas relevantes para a saúde, autocuidado e qualidade de vida, incluindo questões como: uso abusivo de álcool e outras drogas, obesidade e riscos de desenvolver diabetes tipo 2, saúde sexual e reprodutiva, uso excessivo de redes sociais e jogos on-line, reconhecimento e enfrentamento de violências, entre outras.

4.18 - Buscar o estabelecimento de convênios e parcerias com organizações e instituições, com vistas ao desenvolvimento de atividades de promoção e apoio à saúde.



4.19 - Divulgar políticas institucionais em curso (Acessibilidade, Divulgação Científica, Equidade Étnico Racial e de Gênero, Mulheres e Meninas na Ciência, Agenda jovem, entre outras), visando apresentar aos estudantes possibilidades de engajamento e participação.

4.20 - Elaborar e divulgar orientações sobre possibilidades e fluxos de atendimento à saúde do estudante.

4.21 - Promover campanhas e outras ações junto aos estudantes, de prevenção às violências e ao suicídio, pelo incentivo da criação de redes de apoio, acompanhadas pelo CAD, em estreito contato com cada unidade.

4.22 - Promover sensibilização para a identificação e prevenção de manifestações de sofrimento psíquico, bem como iniciativas voltadas ao gerenciamento de estresse, por meio de atividades abertas a docentes, pesquisadores, trabalhadores interessados e estudantes.

4.23 - Identificar as necessidades dos estudantes-trabalhadores que não recebem bolsa de estudos e que têm extensa carga horária, dividindo-se entre estudo, trabalho e cuidado familiar, para propor ações a partir dos resultados obtidos.

4.24 - Estabelecer, no âmbito das unidades e na Fiocruz como um todo, princípios e ações de enfrentamento do racismo, como postura que provoca sérios problemas de saúde nas vítimas, pela adoção de reformas e compromissos com direitos, justiça, dignidade, respeito, participação e intersetorialidade, o que envolve o reconhecimento público da responsabilidade institucional no combate a essas posturas e a adoção de mecanismos para identificar e corrigir problemas, bem como oferecer suporte ao enfrentamento.

4.25 - Organizar programas e prover recursos destinados à capacitação do corpo docente e demais trabalhadores que lidam com estudantes, para criar ambiente acadêmico livre de estigmas, no que se refere ao racismo, preconceitos de gênero, homofobia, transfobia, capacitismo, etarismo, discriminação de pessoas admitidas por ações afirmativas, entre outros.

4.26 - Realizar eventos sobre questões relacionadas à integridade em pesquisa⁵ e às normas, princípios e diretrizes éticas⁶ que devem regular o desenvolvimento das pesquisas acadêmicas e científicas da Fiocruz.

⁵ A Comissão de Integridade em Pesquisa da Fiocruz (CIP) atua como instância consultiva e educativa sobre a integridade em pesquisa e integra o Sistema de Gestão de Integridade Pública da Fiocruz (SGIP/Fio), instituído pelo Programa de Integridade Pública da Fiocruz aprovado pelo Conselho Deliberativo (CD) de 30 de novembro de 2018. ([https://portal.fiocruz.br/integridade-em-pesquisa#:~:text=A%20Comiss%C3%A3o%20de%20Integridade%20em,Deliberativo%20\(CD\)%20de%2030%20de](https://portal.fiocruz.br/integridade-em-pesquisa#:~:text=A%20Comiss%C3%A3o%20de%20Integridade%20em,Deliberativo%20(CD)%20de%2030%20de). Acesso em 20/10/2022).

⁶ As pesquisas no campo da saúde no Brasil são regidas por normas nacionais, sob coordenação da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), ligada ao Conselho Nacional de Saúde (CNS), que orienta o trabalho dos Comitês de Ética em Pesquisa das instituições. A Fiocruz possui CEP em diversas de suas unidades, articulados no Fórum dos Comitês de Ética em Pesquisa da Fiocruz (<https://portal.fiocruz.br/comites-de-etica>).



EIXO 5 – PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL

DEFINIÇÃO

A participação estudantil é parte integrante do processo de gestão democrática, na qual a presença do corpo discente se faz representada na construção das políticas institucionais. Também permeia o espaço de diálogo entre gestores, docentes e estudantes na criação, estruturação e promoção da cultura de participação efetiva e colaborativa, com o objetivo de acolher a diversidade de demandas que possam surgir ao longo da formação acadêmica nos cursos oferecidos pela instituição. A participação estudantil é elemento central para a criação de espaços formativos que contribuam para a formação acadêmica, profissional e cidadã consciente.

A participação permeia as relações de poder da vida coletiva. Participar, no escopo deste texto, além de caracterizar uma necessidade humana, refere-se “ao processo de desenvolvimento da consciência crítica e da aquisição do poder” (BORDENAVE, 1994), implicando relações mais horizontalizadas, dialógicas e multidirecionais, voltadas para o compromisso com as necessidades de organização, construção e transformação das múltiplas dimensões da vida coletiva. Fala-se aqui do poder como uma relação que permite a vocalização dos diferentes pontos de vista, a proposição e a construção de soluções sensíveis ao contexto e à diversidade dos atores envolvidos e suas necessidades. A participação efetiva requer o respeito, a autonomia e a corresponsabilidade como condições fundantes de um projeto social coletivo e democrático.

OBJETIVO GERAL

Fortalecer, criar e/ou incluir a participação dos estudantes nos diferentes espaços das instâncias consultivas, deliberativas e representativas nacionais e locais, a fim de promover a interação, a cooperação e a autonomia na construção de debates institucionais e sociais.

DIRETRIZES

5.1 - Valorizar e qualificar a participação como estratégia de formação, em situação formal e não formal de aprendizagem, para a constituição, ao longo da vida, de cidadãos críticos e reflexivos, corresponsáveis pelas transformações sociais e pelo exercício da democracia.

5.2 - Qualificar e ampliar as estratégias de informação e divulgação sobre os espaços representativos, consultivos ou deliberativos de gestão e planejamento institucional, tais como: os fóruns de representação estudantil nas unidades, as comissões dos programas de pós-graduação, as comissões de residência em saúde, os conselhos deliberativos das unidades, os fóruns educacionais e a Câmara Técnica de Educação da Fiocruz.

5.3 - Estimular a participação dos estudantes em espaços de representação, entidades estudantis e coletivos identitários.

5.4 - Divulgar e incentivar a participação dos estudantes nas Associações de Pós-Graduandos (APG), Grêmios e demais Colegiados Discentes, nas atividades de acolhimento de início de ano e semestre, contando com seus representantes nessas ocasiões.

5.5 - Estimular a formação de APGs em cada estado ou região brasileira onde há unidades da Fiocruz, além de contribuir para as atividades dessas agremiações.



5.6 - Apoiar as ações formativas de representação discente voltadas para a reflexão-ação sobre democracia e participação, de modo a fortalecer a atuação nos espaços políticos de deliberação, consulta e proposição.

5.7 - Fomentar a organização de eventos institucionais pelos estudantes.

5.8 - Proporcionar a escuta dos discentes nos processos de avaliação dos programas e cursos.

5.9 - Construir indicadores sensíveis à qualidade da participação discente e seus efeitos na instituição.

5.10 - Estimular a participação de representação estudantil na formulação de políticas institucionais.

5.11 - Incentivar que os estudantes participem dos debates nacionais e internacionais na proposição, formulação e acompanhamento das políticas de saúde, de educação, científicas e ambientais, dentre outras políticas e agendas de interesse.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, Paulo. Saúde mental e atenção psicossocial. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

BORDENAVE, J. E. D. O que é participação? São Paulo: Brasiliense, 1994

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, Secretaria Geral, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm> Acesso em 28 de setembro de 2022. BRASIL.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, col. 1, 23 dez. 1996. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 24 jun. 2022.

BRASIL. Lei nº 7.398, de 4 de novembro de 1985. Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º grau e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 16113, col. 1, 5 nov. 1985. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7398-4-novembro-1985-367927-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 24 jun. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Publicado no DOU de 15.8.2018, e republicado parcialmente em 15.8.2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm

BUSS, Paulo Marchiori. Promoção da saúde e qualidade de vida. Ciência & Saúde Coletiva [online]. 2000, v. 5, n. 1, pp. 163-177. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-81232000000100014>>.



CZERESNIA, Dina; FREITAS, Carlos Machado de. (Org.) Promoção da Saúde: conceitos, reflexões, tendências. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

DINIZ, D. (2012). O que é deficiência? Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU]. 2006. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Doc. A/61/611, Nova Iorque, 13 dez.

RIO DE JANEIRO (Estado). Lei nº 1.949, de 8 de janeiro de 1992. Assegura a livre organização dos estudantes na forma que menciona. Rio de Janeiro: Câmara Estadual, [1992]. Disponível em: <https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/151149/lei-1949-92>. Acesso em: 24 jun. 2022.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (Brasil). Assédio Moral, Sexual e Outras Violências no Trabalho. Prevenção e enfrentamento na Fiocruz. Rio de Janeiro, nov. 2022. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos_2/cartilhaassedio_fiocruz_final_selo_2.pdf

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (Brasil). Relatório final: IX Congresso Interno da Fiocruz. P. 01-57, Rio de Janeiro, 31 mar. 2022. Site: <https://portal.fiocruz.br/>. Disponível em: <https://congressointerno.fiocruz.br/sites/congressointerno.fiocruz.br/files/documentos/IX%20Congresso%20Interno%20Fiocruz%20-%20Relat%C3%B3rio%20Final.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2022.

PAIM, Jairnilson Silva. Reforma sanitária brasileira: contribuição para a compreensão e crítica. Salvador: EDUFBA; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/4ndgv/pdf/paim-9788575413593.pdf>>



FIOCRUZ